

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 08-02-2021.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, bem como virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, foram abertos os trabalhos. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 005/21 (Processo nº 0027/21, SEI nº 138.00002/2021-95), de autoria do vereador Idenir Cecchim. Após, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Claudio Janta, ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/16 (Processo nº 0179/16, SEI nº 203.00032/2020-26). Também, foram apregoados os seguintes Ofícios firmados pelo Senhor Sebastião de Araújo Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre: nº 023/GP, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 192/17 (Processo nº 1049/17, SEI nº 014.00051/2020-80); nº 050/GP, solicitando o desarquivamento do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20, SEI nº 118.00225/2020-91); e nº 051/GP, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20. Ainda, foi apregoado o Ofício nº 056/GP, do Senhor Ricardo Gomes, Prefeito Municipal de Porto Alegre, em exercício, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/21 (Processo nº 0133/21, SEI nº 118.00054/2021-81). Em continuidade, Lourdes Sprenger, presidindo os trabalhos nos termos dos artigos 11 e 12 do Regimento, comunicou ao Plenário decisão judicial prolatada em antecipação de tutela recursal pelo Desembargador Francesco Conti, Relator do Agravo de Instrumento nº 5021790-13.2021.8.21.7000/RS, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da qual suspendeu o efeito das eleições realizadas para os cargos da Mesa Diretora e das Presidências e Vice-Presidências das Comissões Permanentes em primeiro de janeiro do corrente e determinou a realização de novo processo eleitoral, observando-se os critérios de proporcionalidade mínima expostos na fundamentação da decisão, destinando-se, ao Bloco Partidário formado por PCdoB, PSOL e PT, um cargo na Mesa Diretora, uma Presidência e uma Vice-Presidência de Comissão Permanente. Em continuidade, a Presidente determinou o início da eleição da Mesa Diretora, a qual foi realizada cargo a cargo, nos termos do artigo 13, §1º, com as seguintes candidaturas para o cargo de Presidente, candidato Márcio Bins Ely; para o cargo de 1º Vice-Presidente, candidato Idenir Cecchim; para o cargo de 2º Vice-Presidente, candidata Comandante Nádia; para

o cargo de 1º Secretário, candidato Hamilton Sossmeier; para o cargo de 2º Secretário, candidata Mônica Leal; e, para o cargo de 3º Secretário, candidata Laura Sito. Márcio Bins Ely foi eleito Presidente recebendo trinta e quatro votos, tendo votado em Márcio Bins Ely os vereadores Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Idenir Cecchim foi eleito 1º Vice-Presidente recebendo trinta e quatro votos, tendo votado em Idenir Cecchim os vereadores Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Comandante Nádia foi eleita 2ª Vice-Presidente recebendo trinta e cinco votos, tendo votado em Comandante Nádia os vereadores Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde de oito a vinte e dois de fevereiro do corrente. Em continuidade, a Presidente declarou empossado na vereança o suplente Prof. Alex Fraga, em substituição, após a entrega do Diploma, Declaração Pública de Bens e Indicação de Nome Parlamentar e a prestação do compromisso regimental, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Hamilton Sossmeier foi eleito 1º Secretário recebendo trinta e seis votos, tendo votado em Hamilton Sossmeier os vereadores Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Mônica Leal foi eleita 2ª Secretária recebendo trinta e seis votos, tendo votado em Mônica Leal os vereadores Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues,

Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Laura Sito foi eleita 3ª Secretária recebendo vinte e nove votos, e foram registradas sete Abstenções, tendo votado em Laura Sito os vereadores Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e optado pela Abstenção os vereadores Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. A seguir, a Presidente dos trabalhos declarou empossada a nova Mesa Diretora e convidou Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, a assumir a presidência dos trabalhos. Após, foi votada alteração na composição das Comissões Permanentes, elegendo-se Roberto Robaina e Bruna Rodrigues para integrarem, respectivamente, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação e a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e três minutos às dezesseis horas e dois minutos, para a eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudia Araújo. Em continuidade, foi apregoada a nominata dos vereadores eleitos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes, nos seguintes termos: Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, Presidente Cassiá Carpes e Vice-Presidente Karen Santos; Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, Presidente Alexandre Bobadra e Vice-Presidente Kaká D'Ávila; Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL, Presidente Bruna Rodrigues e Vice-Presidente Mauro Zacher; Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Presidente Jessé Sangalli e Vice-Presidente Cláudia Araújo; Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, Presidente Fernanda Barth e Vice-Presidente Mari Pimentel; e Comissão de Constituição e Justiça, Presidente Felipe Camozzato e Vice-Presidente Claudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues, Laura Sito, Aldacir Oliboni, Karen Santos, Jessé Sangalli, Mauro Zacher, Comandante Nádia, Ramiro Rosário e Claudio Janta. Após, foram apregoados os Projetos de Resolução nº 009/21 (Processo nº 0148/21, SEI nº 014.00006/2021-14) e 010/21 (Processo nº 0149/21, SEI nº 014.00007/2021-51). Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Às dezessete horas e vinte e quatro minutos, conforme deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi

lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Senhoras vereadoras, senhores vereadores, público que nos assiste, vereadoras e vereadores que estão *on-line*, eu quero justificar a razão de estar aqui presidindo mais uma sessão que é motivada pelos arts. 11 e 12 do Regimento Interno desta Casa. Esta sessão irá fazer uma renovação de votação, devido a um mandado de segurança impetrado pelos partidos PT, PCdoB e PSOL, em que foi objetivada a suspensão da eleição da Mesa Diretora e dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara de Vereadores. Então, para dar início, eu passo ao diretor legislativo, que aqui nos assessora, para fazer a verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Há quórum. Passo a palavra ao nosso diretor legislativo para apregoar as matérias encaminhadas à Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Senhoras e senhores vereadores, passaremos à eleição da Mesa Diretora. Suspenderei a sessão por alguns minutos para a apresentação das candidaturas, podendo ser por meio de chapas ou cargo a cargo.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h24min.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB) – às 14h42min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito a todos que ocupem seus assentos para iniciarmos a votação da Mesa Diretora, vice-presidentes e secretários. (Pausa.) Pois não, Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, solicito silêncio no plenário para podermos fazer a nossa questão de ordem. A primeira questão é informar que o nosso colega Ver. Pedro Ruas teve um probleminha de saúde, ele está licenciado e assume a liderança de oposição este vereador. Por essa razão, quero dizer aqui o seguinte: nós entendemos que essa ação judicial é remetida à Câmara para que seja cumprida. E a ação judicial foi parcial e ela diz que é para incluir na Mesa Diretora um vereador ou uma vereadora do bloco da oposição. Segundo, ela diz que, no mínimo, também tem que colocar um Presidente em uma das seis comissões e também uma vice-

presidência. Diante da decisão judicial, e aí eu peço esclarecimento à Mesa, uma vez que foi apresentada uma chapa e essa chapa descreve Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, e deixa desocupada a sexta vaga, a de 3º Secretário. Por que não a base do governo, ou, enfim, a chapa anterior que teria vencido a eleição e que agora tem que cumprir a ação judicial, não aceita que a sexta vaga seja do bloco da oposição? Se aceitar, e nós estamos propondo o nome da Ver.^a Laura Sito, nós votaremos; pode ser voto nominal, pode ser voto por aclamação, pode ser voto por chapa. O importante é que nós estamos cumprindo, Ver. Roberto Robaina, uma ação judicial. Em não elegendo uma vereadora ou um vereador da oposição, nós não estaremos cumprindo o que determina a ação judicial hoje. E aí vem o segundo momento com relação à comissão que tem acordo, tranquilo. Nesse sentido, eu faço um apelo em nome da oposição para que essa vaga já seja preenchida com o nome indicado pela oposição, que me parece que tem consenso, o cargo está vago; eu apelo aqui para que a base eleita anteriormente aceite essa indicação. Vamos prosseguir a vida, a vida continua sem muito rancor, mas com uma questão judicial cumprida neste momento. Caso isso, ali não frente, não seja aceito, nós continuaremos fazendo aqui os encaminhamentos necessários. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente, eu solicitaria a V. Exa. que dispensasse o uso da gravata e do paletó no dia de hoje, pois está um calor danado e muitos vereadores vieram até aqui para fazermos presencialmente a sessão.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Deferido o requerimento do Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, agora há um zum-zum aqui no plenário de que querem o compromisso da oposição na criação da sétima vaga. Nós damos o compromisso, com certeza! Nós não estamos aqui falando nada em desacordo com o primeiro momento, para que depois o Presidente eleito avance nas outras proposições. Muito obrigado.

Vereador Claudio Janta (SD): Com todo respeito ao líder da oposição, o Ver. Aldacir Oliboni, só que no dia 1º de janeiro a oposição entregou para nós aqui uma folha dizendo onde cada vereador iria ficar. E, no meio desse percurso, mudou a questão. Então, o vereador vir aqui e dizer que dá acordo... Eu já estou saindo da Mesa para possibilitar que seja feito o acordo. Agora se estiver escrito e por todos os membros assinado, aí eu encaminharei para cumprirmos esse acordo. Agora, tem que estar escrito e assinado por todos os membros da oposição. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Registrado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): O Ver. Janta gosta de suspeitar de uma palavra aqui, de um acordo. Eu estou falando em nome da oposição, com a concordância dos líderes da oposição. Acordo tem que ser cumprido.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Vereadores e vereadoras, eu, todas as vezes que recorri a esta Casa, o fiz porque esta Casa sempre foi um espaço em que a cidade encontrava, Ver. Roberto Robaina, se me permite, as grandes soluções para os problemas da cidade. Nós tivemos um problema na última eleição, nós não estávamos representados na Mesa. Infelizmente não foi consensual, não conseguimos construir alternativas. Mas hoje é possível. Nós podemos votar em bloco numa chapa única! Nós queremos indicar um nome, uma mulher negra que foi eleita democraticamente, com um número considerável de votos, nesta cidade e que aqui, em nome da democracia, Ver.^a Mônica Leal, nós podemos votar por unanimidade, todos e todas podemos votar juntos e juntas para que a gente indique o sexto cargo, que vocês não indicarão. Então, a gente precisa garantir a unidade nesta Casa, é uma resposta para a cidade. A cidade vai se encontrar muito feliz se nós construirmos aqui o processo democrático legítimo. Então eu acredito que nós podemos votar em chapa única para que a gente consiga encaminhar e fazer desta Casa um lugar de construção da cidade.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Bom, eu quero deixar aqui expresso o meu descontentamento absoluto com a decisão do Judiciário, numa clara interferência dos Poderes, quebrando uma harmonia que existe, quebrando a soberania do voto dos vereadores que têm direito de escolher - e aqui é eleito por maioria, 19 votos para compor a Mesa -, e um canetaço do Judiciário vem subverter esse processo e nos enfiar goela abaixo uma composição que não seria feita de outra forma, não seria feita se fosse pelo voto da maioria. E aqui quero deixar claro que a minha posição é no sentido de aguardar a resposta do recurso que nós fizemos pedindo a liminar, aguardar e não fazer essa votação hoje. Essa é minha opinião como vereadora e eu tenho certeza de que muitos pensam como eu, que essa votação deveria aguardar a resposta do recurso que foi feito. Porque qualquer coisa que façamos hoje, pode, sim, ser revertida daqui a 24 ou 48 horas. Então eu tenho um descontentamento absoluto e acho que o Judiciário não poderia ter definido dessa forma, dizendo que o voto dos vereadores aqui dentro não tem valor e o que vale é o canetaço do Judiciário. Obrigada.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, o nosso entendimento é que a forma jamais pode sobrepor a finalidade, e a finalidade é o bem-estar social, a finalidade é o bem-estar de quem mora em Porto Alegre. Então eu tenho certeza de que através do voto democrático, da conversa e do diálogo, nós vamos ao encontro do melhor interesse de quem mora em Porto Alegre.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Senhora Presidente, vereadores e vereadoras, eu acho que hoje nós estamos num ambiente bem melhor do que no dia primeiro, com ação judicial ou sem ação judicial, e eu vejo aqui que falta uma

declaração de acordo, importante, e vejam bem que não estou pedindo essa declaração de acordo para ninguém dos 26 que votaram na outra, eu estou pedindo uma declaração de acordo do líder do PSOL, do Ver. Robaina, pois falta só ele, só falta o PSOL dar acordo aqui, e a Câmara toda está esperando por isso.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Lourdes, o Ver. Cecchim colocou algo que é parcialmente verdadeiro, porque nós tivemos uma intervenção anterior à dele que questionou a decisão judicial e que considera que o que os vereadores fizeram no dia primeiro de janeiro foi tudo dentro da ordem democrática; mas não foi, foi um golpe, um golpe exatamente assim, que nem no Congresso Nacional foi dado pelo deputado federal Arthur Lira, porque no Congresso Nacional foi respeitada a proporcionalidade e aqui não foi respeitada a proporcionalidade, nós tivemos que ir para o Judiciário. E nós ganhamos no Judiciário, e ganhamos numa decisão muito fundamentada, em segunda instância. E nós ganhamos no Judiciário para que a Câmara faça todas as votações, inclusive o prefeito Sebastião Melo deveria estar preocupado com a legalidade dos atos que tivemos até aqui na Câmara dos Vereadores para aprovar, por exemplo, a sua reforma administrativa. Por que estou dizendo isso? Nós não somos um partido que queira obstruir nada, nós só queremos que na Câmara tenha democracia, que a democracia seja respeitada, que o Regimento seja respeitado. Portanto a nossa demanda é que a decisão judicial seja cumprida. Aqui tem uma proposta de acordo de como cumprir a decisão judicial. Nós queremos um tempo para discutir isso, porque do ponto de vista do PSOL, a primeira coisa que tem que ser feita é cumprir a decisão judicial, e não cabe a nós dizer como vai se cumprir, cabe àqueles que sabotaram o funcionamento democrático e se apropriaram de cargos que não lhes competia. Nós podemos dar um acordo político de como vamos compor? Podemos, mas é preciso deixar mais claro quais são os termos desse acordo. Pelo que foi dito aqui, e esse é um debate a ser feito, seria a criação - pelo que eu entendi, e aí é que está, esse debate tem que ser feito - de um novo cargo na Mesa Diretora. Hoje nós temos seis cargos na Mesa Diretora e foi proposta a criação de um sétimo cargo. Para esse cargo ser criado, a Mesa Diretora precisa ser eleita. Nós não temos nem Mesa Diretora, e nós estamos em fevereiro. Vejam o prejuízo que a Câmara teve.

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Por isso que eu quero saber. Se tem gente que contesta a ordem judicial, esse debate tem que ser feito. Porque nós vamos defender a ordem judicial. E vi vereadores, e a vereadora que me antecedeu inclusive, questionando a ordem judicial. Eu quero saber se vai se manter uma defesa política contra a ordem judicial aqui ou não. A partir dessa definição, nós vamos ver que acordos possíveis existem para garantir que haja o máximo de harmonia. Porque o Ver. Cecchim falou certo: o clima está melhor agora, sim; mas o clima está melhor por conta de uma ordem judicial, e nós queremos que essa ordem seja cumprida. E, obviamente, se for criado um novo cargo, foi perguntado se o PSOL concorda para que haja solução

do problema, bem, o PSOL pede o tempo necessário porque o PSOL vê muito prejuízo nisso de criar cargos assim, rapidamente, para resolver problemas políticos. Então, com algum tempo para refletir sobre o problema, porque nós não queremos obstruir também o funcionamento da Câmara, nós achamos que a sessão pode parar, mas antes de parar a sessão eu acho que a presidência tem que deixar claro que ordem judicial é para ser cumprida, e não para ficar vereador ou vereadora com posições de extrema-direita questionando ordem judicial! É só o que falta! Porque às vezes acusam a esquerda de não dar bola para ordem judicial. Como não dá bola? A esquerda entrou na Justiça e ganhou; e há vereadores de extrema-direita fazendo discurso contra a ordem judicial. Quer dizer que ordem judicial quando é a favor deles, cumpra-se; quando não é, não se cumpra.

Vereador Claudio Janta (SD): Senhora Presidente, só quero falar duas ou três coisinhas. Primeiro, há muito tempo a Mesa necessita sair desse empate de seis pessoas, qualquer decisão da Mesa pode empatar e para qualquer decisão, se sabe, sempre tem que ter um voto a mais para decidir. Essa é uma questão que já vem sendo discutida há muito tempo na Mesa Diretora e surgiu esse fato. O que me chama a atenção é a ênfase com que o Ver. Robaina fala aqui da questão judicial: “o judiciário, a justiça”, só que quando a justiça afastou a presidente Dilma não valeu a justiça; quando a justiça interpela, não vale a justiça. Nós não estamos aqui preocupados com a decisão judicial, até por que entramos com agravo, nós recorremos, então essa decisão deve sair. Nós estamos propondo resolver um problema estrutural da Câmara de Vereadores de Porto Alegre mediante todos os fatos que ocorreram. Se a oposição der acordo de criarmos o sétimo cargo, que é necessário - e não se tem ainda quem será ou não será o sétimo cargo - se a oposição der acordo de criar o sétimo cargo, nós daremos andamento. Se não nós vamos fazer como na outra eleição, disputar cargo a cargo, chapa a chapa, como foi feito. Nós queremos resolver essa questão e não ficar aqui fazendo discursos a tarde inteira, mas encaminhar e resolver essa questão: cria-se ou não se cria o sétimo cargo? Mantém-se uma Mesa que no empate vem a plenário e ninguém decide, ou se faz como todas as casas, Congresso, Assembleia Legislativa, onde há uma Mesa Diretora de sete membros. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A intervenção será por cada vereador, não dá para repetir a tarde inteira.

Vereador Leonel Radde (PT): É só para deixar consignado aqui para que a população de Porto Alegre saiba que a Câmara de Vereadores está defendendo a quebra democrática. O que a gente ouviu aqui do campo da situação, da extrema-direita, dizendo que não vai cumprir, que é contra a decisão judicial e automaticamente não quer cumprir essa decisão judicial, e que também descumpre o Regimento Interno. Então por que a gente vota aqui dentro da Câmara de Vereadores projeto de lei se a gente não cumpre o que está escrito, que é votado, o que é aprovado? A gente está descumprindo o que está legitimado na nossa legislação interna da Câmara. É simples.

Então a gente tem que deixar claro para a população de Porto Alegre que os vereadores e vereadoras de Porto Alegre descumprem aquilo que é votado dentro desta Casa e descumprem medidas judiciais, descumprem o Judiciário, num completo desrespeito à democracia e num completo desrespeito à nossa oposição, que tem legitimidade e proporcionalidade. Ou seja, no mínimo nós temos que ter agora, dos seis, uma representante como secretária dessa Mesa. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Por favor, Ver. Bobadra, seja rápido, pois há vários inscritos.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, só por uma questão de clareza para quem está nos assistindo em casa, quero fazer uma crítica construtiva a respeito da fala do Ver. Robaina e do Ver. Leonel Radde, porque parece que eles combinaram: o Ver. Oliboni vem aqui e pede a construção, pede o diálogo, pede a conversa; e o Ver. Leonel e o Ver. Robaina colocam lenha na fogueira, e falando inverdades. Quando que esta Casa descumpriu ordem judicial? Nunca. Ordem judicial se cumpre! Eles estão pedindo diálogo, tenho certeza de que isso vai ter e isso vai ser resolvido através do voto, democraticamente, como é a função da Casa do Povo.

Vereadora Laura Sito (PT): Boa tarde colegas vereadoras, colegas vereadores. Acho que nós temos aqui, a partir da decisão judicial que chega a esta Casa, uma oportunidade política de construir a concertação necessária para que a gente consiga garantir uma verdadeira representatividade aqui, tendo em vista o autoritarismo e a brutalidade política havidos no dia primeiro de janeiro. Nós sabemos que as sinalizações que vínhamos dando desde o dia primeiro até a chegada dessa decisão são no sentido de construir pontos que possam reconstruir o nosso debate institucional dentro da Casa, respeitando nossas posições políticas e respeitando a nossa proporcionalidade. A posição da bancada do PT é que a sinalização do acordo sobre a Mesa, que deve se dar agora, é na forma de votar a composição da Mesa. Nós temos um vereador e uma vereadora inscritos para cada um dos cargos. Por que não votamos em bloco e elegemos de forma comum a composição da Mesa? Essa, sim, é a sinalização correta, necessária, para que nós possamos fazer a repactuação política. Eu entendo que muitos vereadores e vereadoras querem vir aqui e extravasar suas posições talvez um pouco mais extremadas, mas o que nós precisamos aqui para encaminhar um próximo período é uma reconstituição do espaço democrático nesta Casa, é restabelecer o espaço de diálogo nesta Casa. E nós acreditamos que isso perpassa pela situação aqui, apresentar um encaminhamento de voto comum entre os seis cargos da Mesa para o próximo ano.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, para concluir.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sra. Presidente, ouvindo as diversas manifestações, sei que o clima de exclusão atinge praticamente a vida parlamentar de todos nós, quem escolheu os vereadores e vereadoras foi a população, e a justiça fez uma reparação pondo uma proporcionalidade. Nesse sentido, nós não queremos radicalizar de tal forma que sejam obstruídos os trabalhos, desde que haja o consenso de incluirmos, então, na sexta vaga da Mesa Diretora, direito que nos foi dado pela Justiça, uma vereadora da bancada da oposição. E com relação à sétima posição é uma decisão da nova Mesa. Porque a nova Mesa vai se debruçar sobre isso e vai apresentar alguns projetos de lei, dentre eles, a criação dessa sétima vaga. Essa é a questão. O que nós estamos fazendo, neste momento, é nos comprometendo no sentido de que a Casa consiga encontrar uma proposta harmônica e atenda a todas as bancadas; coisa que, em alguns casos, não foi atendida. Poderíamos levantar aqui várias coisas, como a questão dos assessores de plenário. Não estamos levantando neste momento, mas é uma grande injustiça feita na não proporcionalidade. Então, neste momento, é uma coisa tão simples e fácil que, nobre Presidenta, V. Exa. pode reconhecer que somente a ação judicial será cumprida se for eleita a vaga da oposição, senão ela não será cumprida. E eu deixo desde já o pedido: após a eleição, não sendo cumprida essa decisão judicial, eu vou pedir um parecer da Procuradoria para saber se a Casa está cumprindo a decisão judicial ou não. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Registrado, vereador. Dando andamento aos nossos trabalhos, eu tenho seis nomes inscritos para a votação. Então a pergunta é se são indicações individuais, tem a última vaga para 3º Secretário, que é da oposição. Isso não é uma chapa, isso veio individual, tem uma indicação da oposição, e depois os demais que eram a Mesa Diretora. É assim que é para ser feita a votação? Todos concordam?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, nós estamos propondo votar em bloco, votar em chapa, e não de nome a nome.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Não há acordo para voto em bloco? Voto individual, nome a nome? Então será procedida a votação individual, cargo a cargo.

Para o cargo de Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely. Mais alguém quer disputar o cargo de Presidente?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, após muita conversa, a gente conseguiu dialogar e chegar a um acordo, vamos votar nome a nome. Obviamente, o acordo estabelecido aqui no plenário é de que se cumpra a decisão judicial e, por isso, grande parte da chapa aqui apresentada será eleita. Nós estamos registrando aqui o compromisso de votar favoravelmente a toda a chapa, desde o Presidente até o 2º Secretário, desde que os demais colegas votem a favor da 3ª

secretaria, e assim a vida segue. Depois para as comissões, conforme acordo estabelecido.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Consulto o plenário se há esse acordo. Vamos iniciar a votação nominal, cumprindo a ordem judicial, para a Mesa Diretora.

Em votação nominal, para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede-se a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Declaro eleito o Ver. Márcio Bins Ely para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Mesa recebeu a candidatura do Ver. Idenir Cecchim ao cargo de 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Declaro eleito o Ver. Idenir Cecchim para o cargo de 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Mesa recebeu a candidatura da Ver^a Comandante Nádia ao cargo de 2º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 35 votos **SIM**.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Declaro eleita a Ver.^a Comandante Nádia para o cargo de 2ª Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Ver. Pedro Ruas solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 08 a 22 de fevereiro de 2021. A Mesa declara empossado o Ver. Prof. Alex Fraga, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa recebeu a candidatura do Ver. Hamilton Sossmeier ao cargo de 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 36 votos **SIM**.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Declaro eleito o Ver. Hamilton Sossmeier o para o cargo de 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Mesa recebeu a candidatura da Verª Mônica Leal ao cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 36 votos **SIM**.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Declaro eleita a Ver.ª Mônica Leal para o cargo de 2ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Mesa recebeu a candidatura da Verª Laura Sito ao cargo de 3º Secretário da Mesa Diretora. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 29 votos **SIM** e 07 votos **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Igualmente, eu entendo que houve interferência, sim, dos poderes na Câmara, mas, seguindo o meu líder, vamos manter os acordos e votei “sim” na Laura. Declaro eleita a Verª Laura Sito para o cargo de 3ª Secretária da Mesa Diretora.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Em nome da democracia e da soberania da Câmara, eu me abstive, porque não aceito o Poder Judiciário estar fazendo interferências no Poder Legislativo.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Contra a intervenção do Judiciário, também me abstive.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Pela soberania da Câmara de vereadores, e contra a interferência do Judiciário, eu me abstive.

Vereador Jesse Sangalli (Cidadania): Contra a intervenção do Poder Judiciário no Legislativo, eu me abstive.

Vereadora Mariana Pimental (NOVO): Pela Democracia e pela separação dos Poderes, eu me abstive.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): A bancada do PSDB respeita as liberdades individuais de cada vereador. Votei em Laura Sito.

Vereadora Mônica Leal (PP): Pelo cumprimento da palavra, eu votei na Laura Sito.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Contra a interferência do Judiciário e a favor da defesa da soberania da Câmara de Vereadores, eu me abstive.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): A teoria de Montesquieu fala sobre a questão da separação dos poderes. Então, respeitando o estado democrático de direito, eu me abstive.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu solicito que o plenário seja desobstruído para dar posse à Mesa Diretora e fazer um registro fotográfico aqui na frente da nossa mesa, chamando o Presidente, Márcio Bins Ely; o 1º Vice-Presidente, Idenir Cecchim; a 2ª Vice-Presidente, Comandante Nádia; o 1º Secretário, Hamilton Sossmeier; a 2ª Secretária, Mônica Leal e a 3ª Secretária, Laura Sito. Declaro empossada a Mesa Diretora para a XVIII Legislatura - 2021. (Palmas.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passo os trabalhos para o Presidente da Câmara, eleito e empossado, o Ver. Márcio Bins Ely.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, eu queria agradecer a confiança na recondução a partir da suspensão da primeira eleição, que tornou obrigatória essa nova eleição, a confiança de todos para darmos sequência à condução dos trabalhos da Câmara este ano. Muito obrigado.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Gostaria de deixar registrado aqui no plenário que eu penso que a nossa eleição constitui um fato muito importante, porque, pela primeira vez na história de Porto Alegre, nós temos quatro vereadoras negras e um vereador negro. Foi um desejo da população da nossa cidade que houvesse uma representação daqueles que, até a última legislatura, não estavam aqui dentro. E isso também precisa ser feito nos espaços de poder de decisão da Câmara. E a eleição da Laura, neste momento, representa isso para nós, e é importante que isso fique registrado, porque infelizmente nós tivemos que ter uma decisão da justiça para que fosse cumprida a vontade popular, mas agora nós conseguimos reverter essa situação. Então, acho muito importante fazer esse registro da representação negra na Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado; obrigado, vereador.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, quero só restabelecer uma verdade. No início das conversas aqui, dos debates, falou-se muito em cargos. Não! É a função do vereador na Mesa. Não existem cargos. Quem está aí em casa ouviu muito a expressão “cargos”, como se tivesse briga por cargos. É a função do vereador na Mesa, como Secretário, como Presidente, como Vice e assim por diante. Só esclarecimento, obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cassiá.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu acho importante o que o Ver. Matheus falou de a Laura estar na nossa Mesa. Mas só para valorizar os antigos e valorosos vereadores que ocuparam a Mesa, negros importantes da cidade, foram o Tarciso Flecha Negra e o Delegado Cleiton; ambos ocuparam lugar na Mesa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Recentemente.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): E foram grandes representantes dos negros aqui na Câmara.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Presidente, eu acho importante registrar. Na mesma medida em que nós ocupamos o plenário, em que nós ocupamos esta tribuna, falando da necessidade de entender desta Casa a imprescindibilidade de nós nos sentirmos representados, eu também acho importante ocupar a tribuna e o microfone para parabenizar esta Casa, parabenizar os vereadores e as vereadoras que construíram conjuntamente essa vitória. É uma vitória para nós, mulheres e homens, que vêm dos lugares de onde a gente vem, porque, nesta Casa, se encontram na limpeza e na manutenção - hoje se veem representados na Mesa, na figura da Laura Sito. Parabéns para todos e todas nós, porque é, sim, uma vitória e uma vitória significativa e precisa ser comemorada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Quero falar aqui em nome do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. É muito importante este gesto feito hoje pelas bancadas que votaram para a 3ª Secretaria ser ocupada pela oposição, respeitando a proporcionalidade que foi resgatada pelo Judiciário. Parabéns ao Judiciário por essa decisão e parabéns às bancadas que votaram no acordo garantindo aqui o que já o

Regimento Interno colocava. Foram restabelecidas a ordem e a proporcionalidade e é isso. Terminei dizendo parabéns, ganha a democracia, ganha Porto Alegre, porque proporcionalidade é nada mais nada menos do que representar aqui na Casa, nos seus cargos, nos espaços todos que os vereadores ocupam, o desejo da população que foi às urnas no dia 15 – parabéns ao povo de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador.

Vereador Pablo Melo (MDB): Presidente, eu já mandei mensagem para o diretor legislativo, nosso amigo Luiz Afonso, por problema de conexão não pude votar apenas em ti, para Presidente, mas pedi a retificação, registrei na hora, quando recuperei a conexão, de que o meu voto é no senhor para Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Serão feitos os registros.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, eu sei que aqui na Câmara de Vereadores, como na vida em geral, às vezes, a gente simpatiza com algumas ideias. Mas, infelizmente, como é o ser humano, dependendo do interlocutor, a gente não vota um projeto, pela chegada, pela falta de diálogo. Eu me sinto muito privilegiado de estar no gabinete nº 385, que era do vereador do Centro de Porto Alegre, Tarciso Flecha Negra. Eu estava conversando com alguns colegas vereadores aqui, eu estava pensando seriamente em fazer um projeto, uma resolução para a mudança do nome do plenário para Plenário Tarciso Flecha Negra, em homenagem a esse grande homem, esse jogador de futebol, esse negro, esse vereador, essa pessoa do bem, muito benquisto pelos moradores do Centro de Porto Alegre, mas eu não gostaria que fosse uma ideia minha. Eu acho que da bancada negra de Porto Alegre, então; quem sabe uma resolução em conjunto de todos os vereadores, a gente mudar o nome deste plenário. Plenário Tarciso Flecha Negra, eu acho que esse é o nosso encaminhamento, gostaria de saber se a gente pode construir isso juntos, pode partir até de vocês, esse projeto. Quem sabe vamos prestigiar os negros então? Vamos prestigiar o Ver. Tarciso Flecha Negra, o que vocês acham? Proponham aqui que eu estou junto com vocês.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Está registrado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, eu parabenezo-o pela eleição a Presidente com toda a equipe já formada. Sabemos que agora vamos para a eleição das comissões. Nesse sentido, nós queremos fazer um apelo, um pedido alteração nas comissões CEFOR e CUTHAB: que o Ver. Roberto Robaina saia da CEFOR e vá para a CUTHAB; e que a Ver^a Bruna Rodrigues saia da CUTHAB e vá para a CEFOR. Portanto, a vereadora eleita, vamos dizer assim, com o consenso

dos colegas vereadores daquela comissão, que o nosso pedido e o acordo será para presidente a Ver.^a Bruna. *O.k.*, é possível?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O encaminhamento da substituição da CEFOR e da CUTHAB entre o Robaina e a Bruna tem que ser votado. Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Dando sequência à nossa sessão, procedo à leitura do despacho da decisão judicial que diz o seguinte: “Suspensão da mesa diretora e dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara.” Então, nós teremos que eleger novamente os presidentes e vice-presidentes das comissões. Cada comissão vai eleger o seu presidente e seu vice-presidente novamente. Eu estou aqui com a folha das comissões. Eu peço que o pessoal que está on-line também participe. Então, eu suspendo a sessão por 10 minutos para que as comissões se reúnam e elejam os seus presidentes e vice-presidentes.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h53min)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h02min: Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para um Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadoras e vereadores, público que está nos assistindo e ouvindo neste momento, eu quero me manifestar acerca da fala do Ver. Bobadra, que sugeriu aos vereadores da bancada do PT, do PSOL e do PCdoB a alteração do nome do plenário Otávio Rocha para Ver. Tarciso Flecha Negra. A título de informação, Otávio Francisco da Rocha é de Pelotas, de 23/09/77; Porto Alegre, de 27/02/28. Foi um militar, engenheiro, educador, político, jornalista, prefeito de Porto Alegre de 1924 a 1928. Casado com Inácia Brochado da Rocha, deixou como descendência, entre os seus sete filhos, três que se destacaram na política gaúcha e nacional: Antônio Brochado da Rocha, Prefeito de Porto Alegre, de 1943 a 1945; Francisco de Paula Brochado da Rocha, que foi primeiro-ministro do Brasil em 1962, e José Diogo Brochado da Rocha. Será que a família gostaria desta alteração do nome do plenário Otávio Rocha? Acredito que não. Quero dizer que a gente tem um projeto para que seja dado o nome do Ver. Tarciso Flecha Negra a uma rua no entorno da Arena, porque eu acho que isso sim traria ao vereador uma grande satisfação e uma grande homenagem, enquanto grande político que ele foi em Porto Alegre. Queria também deixar registrado que hoje a Rádio Gaúcha faz 94 anos de existência. Fica aqui o nosso agradecimento pela comunicação na nossa cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo.

Estamos aguardando o retorno da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.) Vamos passar a colher agora, para ficar registrado, os votos dos vereadores que estão *on-line*, para que possamos concluir os trabalhos relativos à eleição dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes.

Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Votaram os vereadores Felipe Camozzato, Claudio Janta, Comandante Nádia, Leonel Radde, Mauro Pinheiro, Alex Fraga e Ramiro Rosário. Foram eleitos o Ver. Felipe Camozzato para presidente, e o Ver. Claudio Janta para vice-presidente.

Comissão de Economia, Finanças e Orçamento – CEFOR. Candidata a presidente, Bruna Rodrigues; candidato a vice-presidente, Mauro Zacher. Ver. Airto Ferronato, como vota Vossa Excelência?

Vereador Airto Ferronato (PSB): Quero registrar que, nestes 32 anos de Câmara, praticamente em todos, estive na CEFOR. Se não me falha a memória, nunca tivemos uma presidente mulher e nunca tivemos um presidente negro. Portanto, votar na Bruna é um grande voto que nós demos para a cidade de Porto Alegre, e é uma homenagem que se faz a todos os porto-alegrenses. Bruna, tenho a certeza de que, na CEFOR, se trata de assuntos de altíssima relevância. Voto na Bruna Rodrigues para presidente e no Mauro Zacher para vice-presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está consignado o voto, vereador, muito obrigado. Votaram os vereadores Bruna Rodrigues, Idenir Cecchim, Moisés Barboza, Mauro Zacher e, remotamente, o Ver. Airto Ferronato. Foram eleitos a Ver.^a Bruna Rodrigues para presidente, e o Ver. Mauro Zacher para vice-presidente.

Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Candidato a presidente, Ver. Cassiá Carpes; candidata a vice-presidente, Ver.^a Karen Santos. Ver. Pablo Melo, como vota Vossa Excelência?

Vereador Pablo Mendes (MDB): Voto nos dois.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Votaram os vereadores Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, Karen Santos, Roberto Robaina e, remotamente, o Ver. Pablo Mendes. Foram eleitos o Ver. Cassiá Carpes para presidente, e a Ver.^a Karen Santos para vice-presidente.

COSMAM – Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Candidato a presidente, Ver. Jessé Sangalli; candidata a vice-presidente, Ver.^a Cláudia Araújo. Ver. José Freitas, como vota Vossa Excelência?

Vereador José Freitas (REP): Voto “sim” em ambos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. José Freitas. Votaram os vereadores Jessé Sangalli, Cláudia Araújo, Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni, Psicóloga Tanise Sabino e, remotamente, o Ver. José Freitas. Foram eleitos o Ver. Jessé Sangalli para presidente, e a Ver.^a Cláudia Araújo para vice-presidente.

Eu solicito que os membros da Mesa Diretora colaborem conosco votando no projeto de lei e assinando a proposição do projeto de lei que nós estamos apresentando. Se puderem entrar no SEI, Bloco 2.826, precisamos das assinaturas dos integrantes da Mesa, para poder apregoar o projeto de lei.

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Candidata a presidente, Ver.^a Fernanda Barth; candidata a vice-presidente, Ver.^a Mari Pimentel. Ver. Giovane Byl, como vota Vossa Excelência?

Vereador Giovane Byl (PTB): Meu voto é em ambas, voto “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, está registrado. Votaram os vereadores Fernanda Barth, Mari Pimentel, Jonas Reis, Daiana Santos e, remotamente, o Ver. Giovane Byl. Foram eleitas a Ver.^a Fernanda Barth para presidente, e a Ver.^a Mari Pimentel para vice-presidente.

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Candidato a presidente, Ver. Alexandre Bobadra; candidato a vice-presidente, Ver. Kaká D’Ávila. Ver. Alvoni Medina, como vota Vossa Excelência?

Vereador Alvoni Medina (REP): Voto em ambos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Ver. Kaká D’Ávila, como vota Vossa Excelência?

Vereador Kaká D’Ávila (PSDB): De acordo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Votaram os vereadores Alexandre Bobadra, Laura Sito, Matheus Gomes, Mônica Leal e, remotamente, os vereadores Kaká D’Ávila e Alvoni Medina. Foram eleitos o Ver. Alexandre Bobadra para presidente, e o Ver. Kaká D’Ávila para vice-presidente.

Agradeço a todos pelo empenho e reitero o pedido para que a Mesa Diretora possa dar sequência aos atos da nossa sessão.

Apenas para ciência e registro, estamos apregoando projeto de resolução que cria a 4ª Secretaria na Mesa Diretora, a exemplo da Assembleia Legislativa, que tem quatro secretários, a exemplo da Câmara dos Deputados, em função, em especial, do aumento do número de partidos representados, sentiu-se oportuno que se fizesse esse movimento de representação na Mesa. Acho que temos que pedir também para a Laura Sito, agora, firmar, no SEI, a assinatura. (Pausa.)

Eu peço a compreensão de todos, porque recém a Mesa foi eleita, então, agora, nós precisamos fazer a parte formal. Até às 10h da manhã estávamos sem o sistema eletrônico da câmara – SEI, que tinha caído. Eu peço a compreensão de todos, porque em seguida teremos uma reunião conjunta das comissões, que será presidida pelo Ver. Felipe Camozzato. Agradeço a paciência de todos, especialmente os que estão remotamente conosco, em função dessa realidade que tivemos que enfrentar hoje com a queda do SEI, nosso sistema de tramitação, restabelecido no final da manhã de hoje.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos e todas, aos vereadores e vereadoras. Hoje é um dia histórico para esta Casa, é um dia onde nós construímos muita coisa, um dia em que nós construímos a unidade não só do campo do governo, mas também da oposição. É um momento importante porque, dias atrás, nós sentimos que aqui a democracia também foi ferida, porque nós não garantimos a proporcionalidade de quem também ocupou esta casa com legitimidade, e hoje, através de uma ação judicial, nós conseguimos consertar esse erro. Parabéns, Presidente, pela condução dos trabalhos; parabéns, vereadores e vereadoras que garantiram que essa vitória fosse construída democraticamente.

Hoje é um dia importante, porque Porto Alegre é a cidade da participação popular, é a cidade onde nós tivemos grandes conquistas – orçamento participativo, os conselhos populares – e hoje, de forma democrática, eu me sinto muito orgulhosa. Eu sou uma mulher que está acostumada a circular nesta Casa e me ver representada na limpeza na manutenção. Hoje, não só mais sentados nessas cadeiras que a gente se encontra; a gente se encontra na Mesa, através da minha colega Lauro Sito, que aqui nesta tribuna eu faço referência que é uma mulher como eu, oriunda das periferias da cidade, ciente da importância das políticas públicas, que ocupa esse espaço importante de fazer desta Mesa um lugar representativo.

Também sou eleita presidente de uma comissão que vai tratar do orçamento desta Casa e deste Município, e é uma responsabilidade muito grande. Eu sou uma mulher que tem 33 anos e que há muito tempo sabe o que é equilibrar o orçamento da sua casa. Para isso, quem melhor que as mulheres das nossas comunidades que equilibram a pobreza hoje em dia? Hoje, nós vamos ter o desafio de fazer desta cidade, do orçamento desta cidade, um espaço mais representativo, que tenha como norte o orçamento popular, o orçamento participativo e a participação popular. Então, presidente, eu quero dizer que eu estou muito orgulhosa desta Casa, tenham aqui o meu compromisso, um compromisso de uma guria que entende a importância deste espaço e sabe que novos rumos esta Casa vai construir e que tem o desafio de fazer desta Cidade um lugar onde nós não tenhamos mais uma cidade no centro da cidade e outra cidade na periferia da Cidade. Que a gente consiga ter equilíbrio, equilíbrio popular, equilíbrio nas políticas públicas e um equilíbrio onde tenhamos uma única cidade. Isso vai depender da disposição também dos vereadores e vereadoras. A gente vai ter temas importantes para a cidade. O transporte logo vai bater nesta Casa, o transporte é um tema

importantíssimo. Nós vamos enfrentar mais de 240 mil pessoas que não receberam o auxílio emergencial ou que não receberam mais o auxílio emergencial que tem um impacto importante na vida das pessoas, e nós vamos ter o desafio de fazer desta cidade um lugar onde as pessoas tenham dignidade. Parabéns, presidente; parabéns, aos presidentes eleitos das comissões; parabéns à Mesa e ótimos trabalhos para nós.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Bruna Rodrigues. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Caros colegas vereadores, caras colegas vereadoras; presidente, queria dizer que na tarde de hoje, a partir da decisão judicial, esta Casa inaugura um momento muito importante de repactuação do diálogo político e, portanto, compreendo como um momento importante de vitória da democracia no nosso debate.

O Poder Legislativo é proporcional, o leva tudo é da natureza do Poder Executivo, aqui, nesta Casa Legislativa, o que impera é a complexidade da sociedade, das diferenças de opiniões, das posições, da garantia da voz da sociedade, das suas representações. É exatamente por isso é fundamental que nós garantamos a expressão de todos os blocos de posição política. No dia 1º de janeiro, na composição desta Legislatura, o bloco de oposição, infelizmente, foi excluído dos espaços de decisão, foi excluído da Mesa, da coordenação das comissões e, portanto, teve limitada a condição da movimentação política garantida democraticamente através das urnas aos seus membros nesta Casa. Tentaram anular a nossa representação de quase 30% nesta Casa, inclusive uma representação, como meus colegas já falaram anteriormente, da simbólica eleição de uma primeira bancada negra para esta Casa. Fico muito feliz que possamos fazer a repactuação do espaço de diálogo institucional nesta Casa, elegendo uma primeira mulher negra para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e que possamos ter eleita uma primeira mulher negra, Ver.^a Bruna Rodrigues, para presidente da Comissão de Economia e Orçamento num ano onde teremos debates extremamente singulares.

A proporcionalidade de ser respeitada, ainda que após uma decisão judicial, se coloca para nós um momento de repactuação onde nós temos uma agenda derradeira e muito importante frente à cidade. Nós estamos enfrentando uma pandemia, nós temos um grande desafio de garantir uma agenda de imunizações, nós temos um debate muito duro para cada cidadão e cidadã porto-alegrense que é a garantia do combate à fome, a garantida da renda, a garantia digna da condição de sobrevivência dos porto-alegrenses e das porto-alegrenses, temas que são urgentes e ordinários que a Casa do Povo coloca em sua agenda como prioridade. Tenho certeza que nós, da oposição, faremos deste espaço um momento onde nós coloquemos como prioridade debater os temas que são centrais para a cidade disputando uma visão de desenvolvimento da cidade que combata

as desigualdades e que possa construir uma Porto Alegre mais justa para todos e todas. Esse é o nosso compromisso, essa será a nossa colaboração num debate institucional nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente agora eleito, reeleito, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; e a população que está neste momento nos assistindo. Queria dizer que hoje foi uma etapa mais que importante de reconhecimento a uma certa proporcionalidade que nós vimos reclamando desde o dia 1º na sessão de posse e da eleição da nova Mesa Diretora. Queira Deus que a justiça se restabeleceu em parte, porque, senão, nós não temos o que dizer àquele cidadão que nos elegeu, mandou nós para a Câmara e na Câmara alguns vereadores não tinham dado o direito da nossa proporcionalidade. Isso não para nós isso é para a sociedade, isso serve para nós como serve para todos os vereadores e vereadoras que constituíram bancada aqui na Casa. Esperamos que esse acordo ou esse entendimento de cumprimento do Regimento não seja momentâneo, passageiro, mas que seja algo que sirva para os quatro anos, para a próxima Legislatura, para o futuro. No futuro podemos nós estar no governo e compor aqui uma chapa que represente o governo, mas jamais vamos excluí-los da possibilidade real de ter aqui dentro sua representatividade, e a prova disso está nos governos que nós fomos eleitos em Porto Alegre.

Estava dizendo há pouco para a nobre colega, Ver.^a Mônica Leal, que na ocasião, quando nós tivemos a grande alegria de ter Olívio Dutra a prefeito, Tarso Genro, Raul Pont, Verle, nós não tínhamos essa separação ideológica aqui na Câmara. Nós tínhamos orgulho de votar um projeto bom de um vereador e nós aplaudíamos e batíamos foto juntos, não é o clima que hoje está estabelecido. Portanto, faço um apelo que se restabeleça esse clima, porque imagina, Jessé, tu apresentas um grande projeto para a cidade e, por uma questão ideológica, eu vote contra a teu projeto, o que o meu eleitor vai dizer da tua iniciativa? Mas se for ao contrário, ele vai elogiar a tua iniciativa e a minha ousadia de votar a favor do teu projeto. É preciso nós desbloquearmos esse rancismo, essa ideologia tão radical que impeça a gestão dos vereadores e muitos casos do governo.

O governo recentemente mandou dois projetos que nós queríamos votar favoravelmente como foi a volta da Secretaria de Esportes e a recriação da Secretaria de Habitação. Nós queríamos votar favorável, mas por uma questão também, eu diria, suspeita, as nossas emendas não foram aceitas e nós tivemos que votar, num momento delicado, contrário ao pacote da reforma administrativa do governo Melo. Nós queremos é o diálogo, a compreensão, o entendimento como foi feito hoje aqui, quem

ganha é a sociedade, porque os projetos que ora aprovados nesta Casa que são bons para a população são bons também para os que têm a iniciativa de apresentar um projeto de lei. Então, eu quero, em nome da oposição, assumindo aqui a vaga e a função do nosso querido amigo, colega, Ver. Pedro Ruas, dizer que agradecemos a sensibilidade daqueles que votaram a favor, daqueles que se uniram ao acordo da Casa e, mais do que isso, aqueles que não votaram terão o tempo para refletir. Nós queremos votar a favor das iniciativas dos vereadores, da Casa e, de fato, carimbar de que esta Casa Legislativa é a Casa do debate, do entendimento e, porque não, do futuro. Hoje estamos aqui, amanhã é uma nova juventude que vem abraçar e poder continuar o nosso trabalho. A lembrança fica em alguns cartazes, algumas fotos, mas principalmente o legado fica nas proposições que nós apresentamos e que conseguimos ajudar a não exclusão, mas, sim, a inclusão de muitos cidadãos e cidadãs que hoje vivem numa indignação enorme contra a política, contra os políticos que é preciso nós termos o esforço para recuperar esse espaço. Portanto, na defesa do entendimento, da solidariedade e da democracia, nós agradecemos o entendimento e parabenizamos o que aconteceu nesta Casa na tarde de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas. Me inscrevi também para saudar esse processo que nós acabamos de construir, consolidar. Muito importante a gente ter refletido também, dentro da Mesa Diretora, a proporcionalidade, essa é uma discussão que, com certeza, não se finda nesse acordo, tem a ver com as nossas práticas, a nossa construção. É isso que, nos próximos quatro anos, os porto-alegrenses esperam de nós, uma unidade e uma grande coesão para resolver, de fato, os problemas da cidade. Fico muito feliz de ser vice-presidente da CUTHAB, uma comissão da qual eu fiz parte dois anos enquanto vereadora na última Legislatura, uma comissão que encara problemas hoje, do ponto de vista do trabalhador que são centrais, que é a regularização fundiária. Para quem não sabe, quase 300 mil pessoas vivem em áreas irregulares na nossa cidade. Nós vamos ter que enfrentar novamente o problema que é a máfia do transporte coletivo, que hoje vem dando as cartas e vem colocando para a população trabalhadora mais pobre da nossa cidade condições extremamente precárias no meio de ir e vir do trabalho, do acesso ao lazer, do acesso à saúde. Em plena pandemia, a situação está insustentável e quem utiliza o transporte coletivo tem que recorrer, assim como quem precisa dos problemas mais básicos dentro da sua comunidade, como água, luz, saneamento, recorrer também à CUTHAB que é a comissão de transporte e habitação. A gente sabe que num ano de pandemia todas as comissões, assim como as sessões, estão limitadas, o acesso da população está mais restrito e isso, para nós, aumenta a dificuldade, a responsabilidade

que a gente tem de conseguir fazer com que essas discussões aqui se tornem parte do cotidiano das pessoas que não só votaram em nós, mas que querem alguma resposta política. Nos últimos quatro anos de mandato, sobretudo do Poder Executivo, foi um desastre para nossa cidade, aumentou a segregação urbana, aumentou a precarização das instituições públicas, aumentou o desemprego, e acredito que é sobre esses problemas que tenhamos que nos debruçar. A decisão em relação às presidências das comissões, às vice-presidências das comissões, à composição da Mesa Diretora só tem essa finalidade. Acho que, mais do que tudo, a nossa tarefa, enquanto vereadores, é aproximar, neste momento de pandemia, essas discussões que, muitas vezes, dão-se no marco de uma complexidade, são cargos, cargos comissionados, dinheiro – o que isso de fato expressa na mudança da qualidade de vida e de trabalho da população de Porto Alegre? Então, esse é o nosso compromisso, essa é a nossa intencionalidade que temos ao assumir essas presidências, ao se colocar para disputar cargo na Mesa Diretora. É importante a gente conseguir traduzir tudo isso que acontece muitas vezes aqui neste plenário para as pessoas que estão nos acompanhando – essa apatia na política, que se expressou nos votos nulos e brancos, também é uma resposta do povo porto-alegrense em relação às nossas posturas, em relação à nossa conduta. Essa negação da política também é consequência do nosso trabalho; faz parte também desses quatro anos que vamos enfrentar aqui nesta legislatura refletir isso em novas práticas, em novas formas de construir e também colocar as pessoas, aquelas que são objetivamente impactadas por todas as nossas decisões, no jogo. As pessoas querem decidir, as pessoas querem ter informação, as pessoas querem fazer parte dessa construção - acho que isso se expressa nesta renovação que nós tivemos em âmbito de mulheres aqui dentro da Câmara de Vereadores, em âmbito de negros e negras. As pessoas estão em busca de uma renovação, uma forma de conceber o público, de conceber a política enquanto instrumento de fato de mudança, não de manutenção da velha politicagem, não da manutenção do velho toma lá dá cá, não da velha manutenção da privatização irrestrita de tudo aquilo que é público, e não o público que, muitas vezes, é alheio às necessidades da população. Enfim, galera, várias discussões que vamos ter que enfrentar, enquanto vereadores. Contem com nosso mandato, contem com a nossa comissão, para, juntos, avançarmos nesse sentido político desta Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos; é a primeira vez que faço essa manifestação aqui na tribuna. É uma grande alegria ser vereador na cidade de Porto Alegre, colega dos senhores e das senhoras, ainda mais alguém como eu que veio de uma cidade periférica e que foi vereador na cidade de Viamão até três ou quatro meses atrás. Então, é uma oportunidade que tenho de fazer com que a vontade e os anseios das pessoas da Região Metropolitana que convivem

diariamente na capital do Estado cheguem alguma medida para apreciação dos vereadores da capital.

Com relação à fala do Ver. Oliboni, somos parceiros, inclusive a primeira vez que participei de uma audiência pública foi numa proposta pelo vereador, quando ele falava sobre a questão do prolongamento da Av. Ipiranga – e durante a audiência pública que ele propôs, eu falei que poderia ser, só que teria que ir até Viamão. Daí fiquei conhecido em Viamão por isso, pelo cara que propôs a Ipiranga do Ver. Oliboni com o adendo de ir até Viamão. Tenho certeza de que, com o Ver. Oliboni, vamos conseguir construir junto com o prefeito Melo, que já se comprometeu, no segundo turno das eleições, a dar uma atenção naquele trecho entre a Av. Antônio de Carvalho e o Beco dos Marianos. Eu tenho certeza de que o Ver. Oliboni conhece muito bem e que vai ajudar a convencer, tanto as comissões, quanto esta Casa a contribuir para discussão da mobilidade, com a Zona Leste de Porto Alegre, especialmente para quem vem de Viamão, no meu caso, embora não seja mais morador de Viamão, moro hoje em Porto Alegre, mas como morei em Viamão, represento aquele anseio, acabo trazendo para este plenário este tipo de discussão.

O que foi colocado pelo Ver. Oliboni é que foi feita uma construção, e eu não quero que o vereador e os vereadores nos entendam mal, quando votamos contra ou nos abstermos, que era a solução legal encontrada na hora de nos posicionarmos, porque – é a minha opinião – nós estaremos sendo honestos com nossos eleitores quando não nos curvamos a pressões. E, embora o Poder Judiciário tenha interferido de maneira desproporcional no Poder Legislativo, obviamente que após ter sido provocado pela oposição, mas, na minha opinião, por termos sido provocados pelo Poder Judiciário de maneira desproporcional, o nosso ato de protesto, porque entendo que os vereadores não têm que pautar sua votação por uma decisão judicial, vinda de outro poder. Então, a nossa honestidade, como representantes, está em manter a nossa convicção se entendermos que ela é digna de manutenção. Como nós, aqui, vereadores Fernanda, Bobadra, Mari, Camozzato, Ramiro Rosário, Nádia, nós sete entendemos que essa interferência foi ilegal, estávamos sendo honestos com nossa convicção original. Então, parabéns à nova Mesa Diretora, parabéns aos eleitos – vocês foram eleitos sem o nosso voto, no caso desse cargo complementar que foi discutido judicialmente –, mas vocês são representantes de toda a Casa. Só que vocês serem representantes da Casa, no caso do cargo vago que foi colocado pela oposição, não significa que somos obrigados a votar com entendimento da maioria, inclusive o dispositivo de maioria serve justamente para isso, para que a gente possa, mesmo divergindo, chegar a decisões que sejam seguidas pela Casa. Então, não é que somos contra a pessoa A ou B, ou que sejamos racistas, ou qualquer coisa neste sentido. Obviamente que não, mas nós não podemos ter medo de nos posicionarmos por conta de uma pressão externa, judiciária ou de uma narrativa. Essa é a nossa opinião e, por isso, firmamos posição em votar daquela maneira. Obviamente, se durante a discussão inicial, em janeiro, quando teve a votação da Mesa Diretora, os senhores tivessem concordado com o que foi proposto, a votação teria sido diferente, por quê? Porque tinha sido colocado a possibilidade de fazer eleição por chapas. Não foi; foi colocado, pela própria oposição, que fosse feito cargo a cargo.

E, no cargo a cargo, acabaram ganhando as pessoas que foram eleitas. Então, eu achei desonestidade da parte de quem entrou com ação judicial porque, primeiro solicitam que seja feito de um modo, depois que é feito daquele modo e perdem no voto, entram na justiça para discutir. Por isso que, inclusive, para manter a convicção original, eu entendia que devia votar da mesma maneira que foi colocado inicialmente, porque a nossa convicção tem que ser conduzida quando a gente ganha ou quando a gente perde, senão fica muito fácil, a gente vai lá, faz a votação, perde, faz a votação de um modo que pensemos que vai nos beneficiar, e, quando não gosta do resultado, vai lá e discute judicialmente. Então foi só essa a razão pela qual nós acabamos votando por abstenção, depois de consultar o jurídico se era possível votar pela abstenção. Só para esclarecer essa situação, não quer dizer que não sejamos parceiros. Quem aqui não quer trazer melhor qualidade de vida para as pessoas que moram na cidade de Porto Alegre? Se não tem vontade de trazer melhor qualidade de vida para as pessoas que moram em Porto Alegre, não deveria estar aqui na Câmara de Vereadores. Então, era só essa a observação que queria fazer – somos parceiros. E o dispositivo de maioria serve justamente para isso, para que possamos divergir e continuarmos tocando as decisões para a cidade, mesmo na divergência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sr. Presidente, quero saudá-lo por mais uma eleição. Por alguns momentos, na última legislatura, eu e alguns vereadores nos socorremos à justiça. Infelizmente, em alguns momentos mais tensos que esta Casa tem, a justiça acaba sendo o caminho que bancadas ou mandatos individuais procuram para que seja entendido, compreendido situações por que nós passamos. Eu me recordo aqui da questão do IPTU – acho que foi a bancada do PDT, eu apresentei o projeto, assim como a bancada do NOVO também apresentou – havia um reenvio, no mesmo ano, do mesmo projeto que tinha sido derrotado, e ganhamos uma liminar. Eu poderia aqui citar outros tantos momentos em que a gente, no pouco diálogo, na pouca capacidade de construir consensos com o Executivo naquele momento ou encaminhamentos democráticos ou pela urgência, nós buscamos a justiça, então, para que pudéssemos ter o direito.

E outra questão fundamental, Presidente, acho que pode ser um bom desafio para esta legislatura, o nosso Regimento Interno, Luiz Afonso, nos deixa uma série de brechas, de mudanças, inclusive culturais nossas em relação ao entendimento. Nós fizemos uma série de questionamentos, e é natural que, ao longo dos anos que passam, a gente mude as nossas interpretações. A renovação de votação, que foi um debate nesta Casa, trouxe para nós uma discussão ampla, que nos serviu para um bom debate de entendimento. Então, evidentemente que o Parlamento deve ter sua autonomia para

buscar aqui seus bons encaminhamentos, construir caminhos, e a maioria, democraticamente, irá escolher.

Quem leu atentamente as duas decisões de primeira e segunda instâncias – não sei se todos vereadores tiveram essa oportunidade? Mas os dois juízes falam quase a mesma coisa, com posições distintas. Vou ver se consigo explicar aqui e se vocês concordam comigo, mas o fato é que o juiz de primeira instância também tem a compreensão de que – porque é a simetria que existe entre os poderes – tem que ser levada em consideração a proporcionalidade, evidentemente. Está claro no nosso Regimento Interno, está claro na Constituição Estadual, na Constituição Federal – não há dúvida disso para nós. E, ademais, descreve exatamente a dificuldade de como é que nós vamos tratar essa proporcionalidade, a não ser através do voto. É essa dificuldade que temos hoje. Se nós respeitarmos a proporcionalidade, mas, se a maioria decidir que não vai votar na minoria, não tem eleição, está aberto o cargo. Veja a dificuldade, Presidente, mas o juiz em segunda instância garantiu a proporcionalidade e diz que tem que ter, embora tenha dado uma liminar que não total, parcial, ao pedido. Mas veja, perceba as dificuldades que nós temos – por isso quero dizer a vocês que temos, Claudinha, que realmente discutir a mudança do Regimento Interno, seu aperfeiçoamento para os tempos atuais. A Casa, num período... eu fui Presidente desta Casa, e nós tínhamos um entendimento, Mari, de que as quatro maiores bancadas ocupariam um ano cada uma – então, nós dividimos. O rigor do debate, a polarização das ideias levou, não aqui, na capital, mas, se vocês perceberam, em todo o Brasil houve uma mudança radical de comportamento, inclusive as disputas das mesas não foram nada ideológicas. São Paulo é um exemplo disso – eu vi a declaração do Suplicy que estava votando, por orientação partidária, no DEM. Eu não sei, eu posso estar aqui cometendo algum equívoco – se estiver, me corrijam, mas algo assim, quer dizer, em todo o Brasil, Oliboni, nós tivemos isso.

Então, eu quero dizer para vocês aqui que eu abri mão. O Presidente – meu colega de bancada, parceiro de partido de tantos anos – me fez uma solicitação em nome da busca da construção de um consenso, que era o pedido para que eu saísse, abrisse mão da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR – para que nós pudéssemos contemplar a Ver.^a Bruna Rodrigues, e estou muito feliz de poder ter uma mulher guerreira que está fazendo um bom debate democrático. Nós estamos chegando perto de uma busca de um consenso para que esta Casa possa, sim, tomar rumo na sua pauta principal, que são os desafios que são colocados na cidade, que é a retomada da economia, a necessidade de nós cobrarmos do Executivo, dialogarmos com o Executivo a necessidade da imunização da população para que nós possamos, enfim, voltar ao normal necessário.

Então, eu não quis aqui entrar em nenhum tipo de posição, eu quis botar os lados que estão colocados. Eu entendo, Nádia, a tua posição, a da Fernanda e de outros vereadores que se abstiveram em relação ao assunto, também é compreensível. Mas quem leu as decisões pode ver que há duas visões que respeitam a proporcionalidade, com visões diferentes. Então está colocado o debate. Acho que nós podemos, Sr. Presidente, talvez, até a sua gestão pode aí discutir, criar uma comissão, o Luiz Afonso

pode nos ajudar, mas eu acho que há pontos do Regimento que podemos aperfeiçoar, mudar visões. O Luiz Afonso deve ter uma série de apontamentos de que a justiça tem sido o respaldo para que a gente possa reparar questões que eram vistas com o olhar do passado, que hoje não são mais assim. Então, acho que é um bom debate, Presidente, eu acho que a sua gestão pode iniciar, o Luiz Afonso pode nos ajudar a criar um grupo de técnicos entendidos em relação ao Regimento para que a gente possa aperfeiçoar e para que a gente não passe mais por esses momentos, que são legítimos numa Casa plural, de visões extremamente diferentes, mas que buscam agora o entendimento. Eu espero que a sua gestão possa trazer uma série de avanços, de uma Casa que tem uma grande responsabilidade de poder enfrentar os momentos difíceis que nós estamos enfrentando, não apenas em defesa da democracia, e, sobretudo, em salvar vidas que estão colocadas aí, na manutenção das pessoas, e a retomada da economia é importante para gerar emprego e salvar negócios na cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio, colegas vereadores. Ao contrário de muitos vereadores que vieram aqui hoje e acharam que hoje é um dia de glória, eu acho que hoje é um dia infeliz para a Câmara de Vereadores, um momento em que o Poder Judiciário tem que interferir no Poder Legislativo porque nós não somos considerados, neste momento, autônomos e independentes, até sugeriria que nós rasgássemos essa parte da Constituição, pois a independência e a harmonia dos poderes aqui não se fizeram verdade. Nós, a Câmara, tomamos um puxão de orelha do Judiciário ao dizer “você não sabem votar”. Infelizmente, vimos hoje aqui, nesta Câmara, que 36 vereadores votando com liberdade, com democracia, com a legalidade, não foram escutados, e que o acordo – que eu não fiz – teve que ser, neste momento, assinado, ou votado, melhor dizendo. Fico triste, porque nós, vereadores, fomos votados e o povo espera de nós muito mais do que ficarmos fazendo votações que já foram feitas no dia 1º, e que nós temos aqui, como expectativa do povo porto-alegrense, a questão de projetos que venham a melhorar a vida das pessoas, na saúde, na educação, na segurança. Estamos hoje aqui refazendo um trabalho que um juiz entendeu que não estava correto. Aliás, muitas e muitas vezes os vereadores que aqui estavam no último mandato, e, talvez, os que estejam aqui agora no primeiro mandato não saibam, mas, muitas das votações que são feitas e que alguns partidos não gostam, a tendência de recorrer ao Judiciário tem sido recorrente, como se nós, 36 vereadores, não soubéssemos o que estamos fazendo.

Gostaria de saber como ficaria o Legislativo, Presidente, inferindo em alguma atitude ou ação do Judiciário, ou do Executivo? Por certo não gostariam. Nós fomos eleitos pelo voto universal, legal, democrático das pessoas, e quem nos colocou

aqui tenha a certeza de que nós sabemos o que estamos fazendo. Quiçá, vamos ver se esse agravo, que foi feito agora, seja recorrido e nós possamos reverter esse assunto, porque aberto o flanco de que o Judiciário está aqui dentro desta Casa, nós teremos muitas más novidades. Se a cada momento que o jogo de futebol está rolando e o time está perdendo, vai o menininho lá pega a bola e vai para casa “ não gostei do jogo”. Então, nós temos que ter maturidade neste momento e respeito sobre o que está sendo votado aqui dentro. É isso que eu espero.

Infelizmente, para alguns, foi uma vitória; para mim, a Câmara de Vereadores perdeu; o Poder Legislativo está mostrando aqui que não tem condições de estar fazendo por si. É lamentável este momento, infelizmente alguns vereadores gostaram, mas sigamos, Porto Alegre urge de projetos. Porto Alegre urge de medidas saneadoras em muitos segmentos. O povo porto-alegrense, por certo, espera de nós, vereadores, atitudes fiscalizatórias, atitudes que possam ser de melhoria, de incentivo, de até críticas ao Executivo, mas que nós possamos aqui, nesta Casa, tocar Porto Alegre para frente e não ficarmos a cada momento que nós votamos esperando que o Judiciário possa, através de um juiz – e aqui não estou fazendo uma crítica ao Poder Judiciário, mas ao juiz que deu essa liminar – nós esperarmos, em algum dado momento, que venha desfazer o que foi feito. E gostaria também de ver o Ver. Leonel Radde, o Ver. Robaina pedirem desculpas à Ver.^a Fernanda Barth, por falarem, inclusive, que ela estaria sendo contra a justiça. Em nenhum momento a vereadora falou isso, já que era acordado, que é tão harmoniosa a fala aqui dentre os vereadores, deveriam os dois vereadores estar fazendo o seu mea-culpa, porque em nenhum momento a Ver.^a Fernanda Barth falou em descumprimento do que o Poder Judiciário determinou e, sim, que nós poderíamos aguardar a decisão final. Então, Presidente, muito obrigada pelo momento, e tocamos firmes em prol de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, a todos membros da Mesa Diretora, colegas vereadores aqui presentes. Eu vou reforçar algo que já foi pontuado aqui por alguns dos nossos colegas referente à interferência do Poder Judiciário na Câmara de Vereadores da nossa cidade. Presidente Márcio Bins Ely, é um dos princípios, um dos pilares da democracia a separação dos poderes. Nós não podemos a cada momento em que formos fazer uma votação importante que, de alguma forma, contrapõe o interesse de um determinado grupo político, que esse grupo político se insurja ao nosso Regimento, se insurja às decisões tomadas aqui pelo colegiado de vereadores e busque, no Poder Judiciário, fazer a modificação de acordo com o seu interesse. Isso causa uma extrema sensação, uma realidade, na verdade, de insegurança dos nossos próprios atos aqui colocados, como será nesta semana se tivermos uma decisão diferente daquela que foi tomada e que nós

novamente vamos ter que tomar uma definição a respeito da Mesa Diretora. Então, para a própria população de Porto Alegre fica aquele sentimento de que a Câmara não tem uma diretriz firme e uma tomada de posição consistente a respeito de seus atos.

Quero aqui também me solidarizar à vereadora Fernanda Barth que foi, sim, criticada de forma injusta pelos colegas no microfone, foi chamada inclusive de representante da extrema-direita. Quem sabe, algum dia, a gente possa fazer aqui uma ampla explicação sobre o que significaria isso, pelo que demonstra, eles não têm conhecimento. Mas, de qualquer forma, parabênzo a nova Mesa Diretora, e peço que a Mesa Diretora avalie tão logo, Presidente Márcio Bins Ely, o pedido que nós fizemos de comparecimento do presidente da CEEE aqui nesta Casa.

É sabido por todos os colegas que essa é uma pauta que vai muito além de qualquer intenção ideológica, partidária, inclusive a CEEE faz parte, é um estatal de um governo do qual o meu partido está no comando, mas é inegável aqui o amplo descaso da CEEE devido às reiteradas faltas de energia elétrica que nós temos na nossa cidade. A CEEE deve vir aqui prestar os devidos esclarecimentos a nós, vereadores, como representantes da sociedade de Porto Alegre para podermos, inclusive, verificar o que está acontecendo. É um problema de técnica da CEEE? Está havendo um boicote dentro da estatal devido ao processo de privatização? Bom, são perguntas que o próprio presidente da CEEE tem que vir aqui explicar. Se estiver havendo algum tipo de boicote dentro da CEEE por funcionários, por colaboradores devido ao processo de privatização, esse é mais um motivo para que a gente privatize tão logo essa Companhia de Energia Elétrica. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ramiro Rosário. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria usar o tempo de liderança do meu partido aqui para falar sobre a vacinação da Covid que está acontecendo no Brasil inteiro. Uma vacinação que gera uma expectativa nas pessoas, principalmente nos idosos, nas pessoas com deficiência, nas pessoas que atuam e trabalham, nos profissionais da área da saúde, no pessoal da segurança pública, mas nós encaminhamos um pedido ao governador, ao prefeito e ao Presidente da República para que sejam também incluídos, nesses grupos de vacinação, outros segmentos que estejam à frente na questão do Covid, além dos profissionais da saúde, profissionais da segurança pública, os trabalhadores de transporte e os trabalhadores do comércio. Nós tivemos um período, no auge da pandemia, funcionando em várias cidades do Brasil que tiveram as suas portas fechadas, em que permaneceram funcionando o comércio, supermercado, farmácias; os motoboys permaneceram trabalhando ativamente. E, no sistema de transporte, mesmo diminuindo bastante o número de passageiros, lá estavam os cobradores e motoristas. Então, é

imprescindível que esses trabalhadores – pois em qualquer *lockdown* que tenha, em qualquer intervenção que volte a ter, essas pessoas vão continuar na linha de frente, atendendo nas farmácias, nos supermercados, fazendo entregas, estando à frente do sistema de transporte – sejam vacinados; é imprescindível que os trabalhadores desses setores, desses segmentos que mantêm contato direto com a questão da Covid, sejam incluídos na lista de vacinação. Nós encaminhamos, através da nossa bancada na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, esse pedido de que é imprescindível que essas pessoas que não atuam na questão da saúde, que não estão no contato direto com as pessoas contaminadas assim dizendo, sejam beneficiadas. Eu mesmo, no final do ano, contraí a Covid, não tive nenhum sintoma até descobrir quando perdi o olfato, e estive em supermercado, estive aqui na Câmara de Vereadores, tanto que entraram em contato com alguns membros desta Casa com quem convivi, e não tinha nenhum sintoma. Essas pessoas estão lá nas farmácias, muitas vezes dando injeção, aplicando os medicamentos; estão lá no supermercado lidando com as pessoas, pegando dinheiro, pegando cartão, uma série de coisas que podem vir a contaminar. Nós fizemos esse encaminhamento que esse restante de trabalhadores seja incluído no próximo grupo de vacinação da Covid-19. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo PR nº 009/21 e PR 010/21.

(A Ver^a. Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e todas, vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna, inicialmente, agradecer a confiança desta Casa que me reconduz à presidência, com muita honra. Quero fazer um agradecimento especial aos vereadores, todos, que acompanharam esse desfecho. Em especial, queria fazer uma manifestação em favor do Ver. Claudio Janta, do Ver. Mauro Zacher e do Ver. Hamilton Sossmeier que tiveram a compreensão da necessidade do cumprimento judicial. Quero apenas fazer um histórico porque, na nossa nova composição – e assim entendeu a cidade –, hoje, a Câmara tem 19 novos vereadores com relação à eleição passada ou à legislatura anterior. Em 2017, nós enfrentamos uma situação muito semelhante, não é, Cassiá? Foi também um enfrentamento judicial que questionava a questão da proporcionalidade, no qual foi determinada a realização da Mesa, mas não de uma maneira como foi feita agora, uma eleição total, foi uma eleição parcial, apenas com o dispositivo de cumprimento do percentual requerido, a mesma coisa valia para a presidência das comissões. Não foi possível que se fizesse essa construção que se fez

agora. A votação da Mesa, em 2017, restou com um cargo vago porque é pré-requisito regimental, Ver. Nádia, a obtenção de maioria absoluta para que o vereador possa representar a Mesa, ou seja, o vereador obrigatoriamente precisa fazer 19 votos, a mesma coisa, pelo dispositivo regimental da presidência e vice-presidência das comissões, ele é feito por maioria, e essa é a regra da Casa. Uma comissão com cinco integrantes, para que eleja o presidente, tem que fazer pelo menos três votos; na de seis, tem que fazer quatro; na de sete, tem que fazer cinco. E assim é o regramento da Casa. Então, naquela oportunidade, não houve votos suficientes nem para eleger o Vereador Marcelo Sgarbossa na comissão e nem para eleger o Alex Fraga na Mesa. Entretanto, a decisão judicial, na sequência da observação por parte da condução dos trabalhos, no sentido de atender à determinação judicial, reservando o espaço percentual requerido, mas, em função da falta dos votos necessários para que os pretendentes ocupassem os lugares reservados judicialmente não ocorreu, não se obteve os 19 votos para o cargo da Mesa e não se obteve maioria na comissão; foram declarados vagos os cargos, e o Poder Judiciário determinou que eles ocupassem os espaços vagos. Então, se não me engano, em torno de dois meses, o Ver Alex Fraga figurou como integrante da Mesa e o Ver. Sgarbossa como presidente da comissão. Depois se julgou o mérito e acabou restabelecendo-se a proporção inicial conforme o regramento. Fazendo uma analogia com o nosso momento, digamos assim, a sequência do processo judicial ao julgamento do agravo ou, enfim, das ferramentas que judicialmente estão se apresentando ou que já foram apresentadas numa reversão do que agora foi determinado que fosse feito porque, na realidade, foi determinada a suspensão da eleição em janeiro e que fosse feita uma nova eleição. Portanto, aquela eleição está suspensa, e essa nova eleição estava valendo para esse momento, aguardando a decisão de mérito. Acho que foi feita uma concertação e, por isso, quero também fazer um agradecimento a essa sensibilidade, porque assim, a Câmara caminha por esse entendimento, somadas ainda algumas ferramentas que nos possibilitam o debate, a construção de criarmos algumas alternativas para que nós não incidíssemos... – alguns defendiam que talvez nós tivéssemos que esperar, não fazermos agora a eleição –, mas como a Casa iria ficar sem um comando de Mesa? Nós não tínhamos como postergar o cumprimento da decisão judicial, acho que a decisão judicial foi cumprida, foram respeitadas as vontades de todos, e acredito que o plenário sempre é soberano no seu entendimento. Então, acho que essa é uma decisão soberana, respeitando todas as opiniões contrárias ou favoráveis a esse desfecho de hoje.

Mais uma vez, agradecendo a todos pela compreensão da construção das alternativas viáveis e possíveis que existiam para esse momento dentro, digamos assim, da conjuntura de uma situação em que se recorreu ao Judiciário para uma interferência nas ações do Legislativo, aquilo que se encontra hoje como uma definição – acredito – tenha sido o mais próximo do ideal possível que se poderia fazer na atual conjuntura. Apenas essa consideração.

Quero dizer que várias ponderações foram feitas ao longo do final de semana, muitas foram as conversas, inclusive, se pensou na possibilidade, tendo em vista o número de partidos ter ampliado bastante nesta legislatura, de criarmos mais

uma ferramenta de debate e interlocução com a sociedade civil organizada, qual seja, talvez, o desmembramento e a criação de mais uma comissão permanente na Casa na qual outros debates pudessem ser propostos. Até porque temos um número de 35 vereadores, considerando que o presidente não participa das comissões permanentes, e teríamos, aí sim, a presença de cinco vereadores por comissão permanente. Mas como não fez parte do pedido, a recomposição do preenchimento das vagas nas comissões, o que restou agora, inclusive, superado com a participação de todos nesta eleição, referendando a participação da totalidade dos vereadores eleitos em todas as comissões que hoje regimentalmente existem, –falo das Comissões Permanentes – acho que, em parte, também avançamos em algumas questões relevantes e importantes que restaram superadas em função desta conjunção de esforços para encontrarmos uma alternativa a este momento que nós tínhamos que enfrentar. Então acho que ganha a Câmara, de certa forma, sim, com esta concertação, e aguardemos os próximos momentos e os próximos passos. Pela atenção de todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Passo a presidência dos trabalhos ao Ver. Márcio Bins Ely.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Peço a compreensão de todos, sei que me excedi um pouquinho no tempo, mas, como é sabido, Tempo de Presidente não tem um limite.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, nós protocolamos – e gostaríamos de contar com o apoio de todos os membros desta Casa, principalmente para que a gente consiga incluir e votar na outra semana– uma moção de apoio a um pedido que está circulando no Brasil inteiro, através de entidades empresariais, entidades de trabalhadores e de milhares de pessoas que estão desempregadas, para que o governo mantenha o auxílio que vinha dando. Esse auxílio permitiu que o Brasil enfrentasse até agora essa questão da Covid de forma pacífica e ordeira. Nós temos a certeza de que, se esse auxílio for retirado imediatamente, deixando milhões de pessoas desamparadas, sendo que os focos de Covid têm aumentado, nós não podemos parar a economia, mas também não podemos deixar as pessoas que estão perdendo seus empregos em função da pandemia, as empresas que estão dispostas a fazer a redução de jornada dos seus trabalhadores, diminuindo o fluxo de pessoas nas suas empresas, também fiquem desamparadas, já que sofreram todo esse tempo estando fechadas. Então, nós pedimos o apoio de todos os membros desta Casa para que o governo mantenha esse auxílio que é dado às empresas e aos trabalhadores para manter o emprego e auxiliar as pessoas que estão desempregadas. Seria isso, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Já foram juntados os pareceres da Procuradoria, então temos condições de dar sequência. Conforme acordo de líderes, está encerrada esta sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a 001ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 17h24min.)

* * * * *